

Número da Consulta Pública: 0019/2012

Número do Processo: 19863.000002/2012-19

Objeto: Processo de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS interessadas em ofertar insumo(s) para os serviços do Sistema Denatran de Telecomunicações, estes de responsabilidade desta Empresa Pública, mediante disponibilidade de infraestrutura por meio de contrato de prestação de serviço de *Colocation e Hosting* ofertado pelo SERPRO.

“AVISO 03”

Prezados Senhores,

Informamos as seguintes alterações do Edital, para melhor entendimento de suas disposições:

- Anexo III, Cláusula Décima-Quarta – Das Disposições Gerais (pág. 72/73), inclusão do item 14.2 - Da Confidencialidade:

“14.2 – Da Confidencialidade

14.2.1 – A CONTRATANTE obrigar-se-á a manter a mais absoluta confidencialidade, mesmo após a eventual rescisão do contrato, sobre todas as informações relativas à:

- a) Política de segurança adotada pelo SERPRO e configurações de hardware e software decorrente;
- b) Processo de instalação e configuração de produtos, ferramentas e equipamentos, em atendimento aos itens de segurança, constantes da proposta;
- c) Quaisquer dados que a CONTRATANTE venha a ter conhecimento em decorrência da presente contratação, pertinentes a hardware, software, serviços e sistemas aplicativos ao SERPRO, cujo conhecimento por terceiros exponha o ambiente a riscos de invasão ou resulte na vulnerabilidade do mesmo.
- d) Processo de implementação no ambiente do SERPRO de mecanismos de criptografia e autenticação adotados na solução;

14.2.2 – Ficará a CONTRATANTE terminantemente proibida de fazer uso ou revelação, sob qualquer justificativa, a respeito de quaisquer informações, dados, processo, fórmulas, códigos, cadastro, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do SERPRO aos quais tiver acesso em decorrência da presente contratação.

14.2.3 – As questões pertinentes aos negócios do SERPRO, tais como propriedade e conhecimentos tecnológicos e segredos industriais/comerciais que eventualmente passarem pela apreciação dos profissionais da CONTRATANTE, deverão ser tratadas da mesma forma com que são tratados os dados econômicos e financeiros dos quais tomarem conhecimento nas demais áreas de atuação, dentro do mais absoluto sigilo profissional.

14.2.4 - Os empregados da CONTRATANTE deverão obedecer as normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo SERPRO, além das cláusulas específicas constantes deste instrumento.

14.2.5 – A violação desta cláusula ensejará a rescisão do contrato vigente, sem

prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em Lei.

14.2.6 – Por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade e segurança dos dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, a CONTRATANTE determinará a responsabilização, na forma da Lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos."

"ESCLARECIMENTO 03"

Prezados Senhores,

Com relação ao EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº 19863.000002/2012-19, informamos abaixo as respostas aos questionamentos efetuados.

PERGUNTA 1: Gateway de Sinalização – hoje o edital relata a ocorrência de múltiplos gateways. Em nosso entendimento isto é inviável, pois exigiria várias conexões com operadoras, pre-direcionamento de SIM Cards a uma determinada credenciada, etc.

RESPOSTA: Cada empresa credenciada terá sim de ter conexão com as operadoras do SMP e não há razão para pré-direcionamento. O sistema funciona assim, caso contrário um celular de uma operadora não falaria com celulares de outras operadoras.

PERGUNTA 2: A TIV terá poder de escolha sobre a credenciada? No modelo atual não há escolha de credenciada pois o SIM Card precisa estar associado a um único ambiente (por questões de ciclo de vida, contadores, etc.). Assim, a TIV ficará sem poder de escolha de credenciada. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: A TIV terá sim poder de escolha, é preciso apenas que a plataforma OTA de cada credenciada interopere com as demais credenciadas.

PERGUNTA 3: Hoje o único modelo viável é uma credenciada que seja feita a partir da associação entre antifurto e Gristec. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Não. Isso é uma opinião, não corresponde a realidade.

PERGUNTA 4: O ambiente do Serpro estaria pronto para trabalhar com mais de uma credenciada? Caso uma credenciada ative um cartao e depois deixe de operar, como o SIM Card retorna ao Denatran?

RESPOSTA: Sim o ambiente do SERPRO está preparado para trabalhar com mais de uma credenciada.

O SERPRO é quem ativa ou não o SIM Card para efeito de rastreamento, que já está provisionado no SERPRO pelo credenciado, este não interfere em nenhuma outra etapa do processo, portanto, caso ocorra a hipótese descrita, não há impactos sobre o processo.

Embora não questionado, grave seria a inativação de alguma TIV contratada pelo usuário final para rastreamento de seu veículo, neste caso, tratando-se de contrato entre entes privados sobre o qual não possuímos ingerência, não há interferência direta do SERPRO ou DENATRAN, no entanto, considerando que a ativação e desativação do serviço é facultada única e exclusivamente ao proprietário do veículo, basta que este, por sua vontade, transfira

Avisos e Esclarecimentos nº 03 - 19/01/2012

para outra TIV este serviço o que implica no retorno deste SIM ao DENATRAN, podendo então ser reativado para monitoramento por outra TIV, sempre observado o interesse e manifestação do proprietário do veículo.

PERGUNTA 5: Segurança - Credenciada é empresa privada que teria acesso às informações seguras do SIM Card (Chaves, parametros, etc), pois embora o Serpro credencie a estrutura, a estrutura não pertence ao Serpro. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Não, a empresa credenciada disponibiliza a estrutura, não possui qualquer acesso que possibilite uma associação do SIM Card ao veículo e muito menos ao proprietário. O SIM Card está associado ao modulo antifurto que neste momento não está associado ao veículo que por sua vez, mesmo quando integrado ao veículo, não possui ainda nenhum proprietário associado.

PERGUNTA 6: Se a Credenciada tem a sua falência ou recuperação judicial decretada ou ainda requerida, que acontece com os SIM cards que foram provisionados? Nesta mesma linha o que aconteceria aos SIM cards que foram ativados por esta credenciada?

RESPOSTA: Como já esclarecido anteriormente os SIM Cards estão provisionados no SERPRO e sua ativação e desativação são de competência do SERPRO, a credenciada não possui acesso ou participação ativa em nenhuma etapa que não o provisionamento por ocasião da fabricação do módulo.

PERGUNTA 7: Se uma credenciada expõe dados (como chaves de transporte) isso invalida a segurança sobre todos os SIM Cards. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Trata-se de uma opinião, o SIM 245 pode funcionar em uma única plataforma ou múltiplas, sem com isto alterar sua estrutura. O ambiente é unico desde que o sistema integre as plataformas existentes. O edital prevê a integração que deverá ser efetuada pelas credenciadas nos itens 2.5.1.3 e 7.1.1.1 do Anexo I:

“2.5.1.3. A plataforma de gerência centralizada deverá ser única para todos os sistemas de telecomunicações implantados para o projeto SIMRAV e deverá ser fornecida pela aderente a qual ficará responsável pelo gerenciamento da mesma.”

“2.7.1.1. A Plataforma mediadora para SIMRAV é uma plataforma única que deverá prover serviços por meio de integração com os sistemas SIMRAV, HLR e OTA, realizando operações de Aprovisionamento e Portabilidade. Toda a infraestrutura de telecomunicações a ser implantada no SERPRO para atendimento ao projeto SIMRAV deverá ser integrada à plataforma de mediação.”

PERGUNTA 8: O SIM 245 está previsto para funcionar com apenas uma estrutura de telecom e não foi desenhado para múltiplos ambientes. Ex: Contadores. Outro exemplo: TPDA de retorno - somente uma plataforma OTA pode estar associada ao TPDA 88245 definido para o SIM245. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Idem a resposta anterior.

PERGUNTA 9: OTAs teriam que estar conectadas à múltiplas operadoras, ou seja, cada operadora deveria se conectar à plataformas OTA de cada credenciada. Está correto o nosso entendimento?

RESPOSTA: Sim, está correto. Não existem restrições técnicas.

PERGUNTA 10: O Serpro é uma empresa pública fundada pela Lei 4.516/64, e nesta qualidade foi contratada pelo DENATRAN para executar serviços públicos, conforme mencionado no preâmbulo do edital (contrato 001/2011 registro em 01/12/2011). Neste sentido a delegação de serviços ou especificamente de disponibilização de equipamento, para prover, alimentar e armazenar dados do SIMRAV, por meio de locação – na forma do edital - será considerado quarterização, em sentido estrito. Qual o respaldo legal do Serpro para o edital 0019/2012, que credenciará e contratará empresas privadas para consecução, total ou parcial, do contrato mantido com o DENATRAN?

RESPOSTA: O entendimento não está correto. O provimento, alimentação e armazenamento de dados do SIMRAV permanece sob responsabilidade do SERPRO. A credenciada é um apenas um provedor de infraestrutura. O respaldo legal consta do Edital e trata-se do Art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, o qual ensejou o presente credenciamento, e Art. 594 do Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria, conforme devidamente aprovado pela Consultoria Jurídica do SERPRO.

PERGUNTA 11: Em atenção aos ditames normativos da Lei 8.666/93, artigo 40, inciso VII, quais serão os critérios de julgamento do SERPRO para o credenciamento dos interessados? Informe onde estão previstos estes critérios no referido edital.

RESPOSTA: Por se tratar de edital de credenciamento, os critérios de julgamento se restringem ao atendimento dos requisitos técnicos solicitados. As condições constam resumidamente das Seções II a VI do Edital e totalmente detalhadas em todo o documento.

PERGUNTA 12: Consta no edital o seguinte item:

4.2. Requerimentos da solução

4.2.1. Requerimentos Gerais:

4.2.1.1. A CONTRATANTE deverá ser responsável por todos itens requeridos para a integração entre os elementos que compõem a solução por ela proposta e os elementos de rede das Operadoras de Telefonia do Serviço Móvel Pessoal (SMP) envolvidas no Projeto Denatran SIMRAV, utilizando a infraestrutura de rede do SERPRO.

Pergunta: todos os custos relacionados a essa integração são de responsabilidade de quem?

Pergunta: quem vai fazer a contratação dos circuitos, Serpro ou credenciada ??

RESPOSTA: Os circuitos serão contratados pelo SERPRO.

PERGUNTA 13: No caso de mais de uma credenciada as operadoras deverão ter um circuito de rede com cada credenciada??

RESPOSTA: Sim as operadoras deverão ter um circuito de rede com cada credenciada.

PERGUNTA 14: 2. Conforme resposta publicada por este departamento em documento chamado "avisos e esclarecimentos número 02" de 13/01/2012 sobre número de consulta pública 0019/2012 e número de processo 19863.000002/2012-19. A pergunta número 3 diz o seguinte: conforme audiência pública número 2235/2010, com objetivo de colher propostas e sugestões referentes ao projeto básico número 1078/2010 que serviria de base para a licitação cujo objeto seria a aquisição de

Avisos e Esclarecimentos nº 03 - 19/01/2012

solução completa englobando hardware, software e serviços, inclusive o gerenciamento para implementar o sistema Simrav . Após as mudanças ocorridas, não haveria necessidade de uma nova audiência pública ? A resposta " Não houveram mudanças nas características de hardware, software e serviços . Não existem portanto razões para realização de nova consulta pública". Em nosso entendimento tanto o objeto , como o modelo de negócio , como a estrutura dos serviços, locais de instalação, especificação técnica conforme audiência pública dizia em " equipamentos em redundância ativo-ativo e nesse novo objeto foi colocado apenas estrutura sem redundância geográfica . Portanto entendemos que houve uma mudança drástica na concepção e elaboração do projeto. Sendo assim a lei 8666 diz que nova audiência e consulta pública devem ser realizadas.

RESPOSTA: Nosso entendimento é de que não há necessidade de nova consulta pública.

PERGUNTA 15: Toda essa alteração do projeto está sendo acompanhado pelo Gapo, {grupo de apoio projeto Simrav}, existe algum documento do Gapo solicitando essa alteração do projeto . Se sim qual o documento ou ofício solicitando essa alteração?

RESPOSTA: Esta pergunta deve ser encaminhada ao DENATRAN.

PERGUNTA 16: Referente ao item 7.4. "Remuneração da CONTRATANTE"

"A Remuneração da CONTRATANTE será efetuada de acordo com o previsto na Portaria 902/2011 do Denatran e será de responsabilidade da CONTRATANTE mediante relacionamento comercial que mantenha com os fabricantes de módulos antifurto e empresas de Tecnologia de Informação Veicular ? TIVs, em para o registro do SIMRAV-ID gerado pelo SERPRO e Ativação/Desativação dos serviços e rastreamento e bloqueio os veículos".

Gostaríamos de saber se no modelo de negócio a ser desenvolvido com as TIVs seria factível considerar o cenário onde dispositivos antifurto desenvolvidos conforme as especificações do projeto Denatran SIMRAV seriam instalados em veículos semi-novos pela própria prestadora de serviço.

RESPOSTA: Esta consulta deverá ser encaminhada ao DENATRAN, o SERPRO não tem competência para responder.

PERGUNTA 17: Referente ao item 2.4. "OTA (Over-The-Air) ? No mínimo 01 (um) OTA em alta disponibilidade"

O capítulo 2.4 não especifica o índice de disponibilidade a ser suportado pela plataforma OTA. Em contrapartida o item 2.7.1.10 indica um índice de 99,99% para a plataforma de mediação a qual possui requerimentos de disponibilidade compatíveis com o que se espera da plataforma OTA. Podemos neste caso considerar que a plataforma OTA também deverá cumprir com um índice de disponibilidade de 99,99%?

RESPOSTA: Sim está correto. A plataforma OTA também deverá cumprir com um índice de disponibilidade de 99,99%.

PERGUNTA 18: Referente ao item 9.1. "Pela não observância ou descumprimento das cláusulas pactuadas nesse Contrato, fica a parte infringente, sujeita às seguintes penalidades:"

a) advertência;

b) aplicação de 2% (dois por cento) de multa sobre o valor do serviço não prestado, pelo não cumprimento, mesmo que parcial, do objeto e prazos estipulados neste

Contrato.

Entendemos que o Sepro não terá qualquer envolvimento nas negociações entre a CONTRATANTE e as TIVs ou fabricantes de módulos. Neste caso, multas quanto a não disponibilização de serviço de registro (HLR) ou ativação (OTA) deveriam ser tratadas diretamente entre a CONTRATANTE e as TIVs / fabricantes de módulos. Está certo este entendimento? Qual é o entendimento do Serpro para ?serviço não prestado??

RESPOSTA: O item em questão se refere ao contrato entre a CONTRATANTE (Credenciada) e CONTRATADA (SERPRO), e a multa será aplicada em caso de não atendimento das condições contratuais seja por parte da CONTRATADA ou pela CONTRATANTE. Multas quanto a não disponibilização de serviço de registro (HLR) ou ativação (OTA) serão sim aplicadas pois o SERPRO tem compromissos de níveis de serviço com o contratante do serviço o DENATRAN.

PERGUNTA 19: Consta no edital de convocação para credenciamento do processo em questão, o seguinte tópico: características da contratação, item 7.4: - “A Remuneração da CONTRATANTE será efetuada de acordo com o previsto na Portaria 902/2011 do Denatran...” favor esclarecer em que artigo, item ou anexo, da Portaria 902/2011, especificamente, se encontra tal dispositivo que se refere o edital.

RESPOSTA: **Com grifo nosso** - Anexo III: “2.7.11 Identificador único. O equipamento antifurto deve possuir um identificador único do equipamento antifurto no mundo para o SIMRAV-ID. O formato do SIMRAV-ID encontra-se disponível no DENATRAN. O SIMRAV-ID tem uma correlação única com o ICCID do SIM245 aplicado ao módulo antifurto. O SIMRAV-ID gerado pelo DENATRAN e entregue ao fabricante do Módulo Antifurto, atende em termos de especificação, às condições necessárias para ser possível seu registro e uso na base (infraestrutura) do DENATRAN. O acordo de Royalties de uso de aplicações no SIM utilizado (independente do formato), pagamentos de licenças de sistemas operacionais devem ser comprovados para o registro do módulo junto ao DENATRAN e sua integração final no sistema. **As licenças de registro do SIMRAV / ICCID de cada módulo antifurto junto à Infraestrutura do DENATRAN são consideradas insumos do módulo antifurto e portanto devem estar regularizados pelo fabricante para autorização de registro e produção.** O identificador único será atrelado ao VIN do veículo (número do chassi) durante o pré-cadastro pela montadora e ficará registrado no banco de dados do DENATRAN. **Caberá ao prestador de serviço obter junto ao DENATRAN, os códigos numéricos necessários, gerados através de chave dinâmica, à operacionalização da função de localização do veículo.** Os procedimentos para o cálculo da chave dinâmica encontram-se disponíveis no DENATRAN para os fabricantes credenciados de equipamento antifurto.”

“2.7.16 Royalties e Licenças. Os royalties e licenças referentes às tecnologias aplicadas ao produto, mesmo que não relativas às aplicações relacionadas à Resolução CONTRAN no 245, devem estar regularizados por acordos de pagamentos ou liberações de licença de uso. **As licenças individuais relativas ao SIMRAV são insumos do módulo antifurto e, portanto de responsabilidade do fabricante.** Deve-se observar as normas que regulamentam a Propriedade Intelectual e Industrial, constantes das Leis no 9279/96, Lei no 9609/98, Lei no 9610/98 e dos seguintes tratados internacionais: Convenção de Berna, Convenção de Paris e TRIPS (Trade Related Intellectual Property Rights).”

PERGUNTA 20: De que forma será homologada a capacidade técnica das empresas credenciadas? Quantas empresas serão credenciadas e contratadas? Existe limite de contratação? Informe onde estão estes critérios no referido edital?

Avisos e Esclarecimentos nº 03 - 19/01/2012

RESPOSTA: A capacidade técnica das empresas credenciadas será avaliada de acordo com a documentação apresentada em atendimento ao edital.

Serão credenciadas e contratadas quantas empresas sejam habilitadas. Não existem limites para contratação. Os critérios estão no ANEXO I do edital.

PERGUNTA 21: No mecanismo de contratações previsto no edital (Credenciado contrata SERPRO, e as empresas de equipamentos antifurto, tal qual as empresas de tecnologia de informação veicular – TIV, deverão contratar o credenciado, vide esclarecimentos item 7.4 do edital), o processo não direciona o mercado consumidor as formatações exclusivas de credenciamento? Como serão definidos os critérios de distribuição dos serviços prestados pelos credenciados às empresas fornecedoras de equipamentos antifurto e empresas TIV? Ainda sobre o procedimento, caso a empresa fornecedora de equipamento antifurto opte por um credenciado específico e exclusivo, as TIVs serão obrigadas a contratar com este credenciado para poder operar. Neste caso a atribuição delegada pelo SERPRO, ao credenciado, caracterizará procedimento de venda casada ao usuário final. Como o SERPRO inibirá tal procedimento?

RESPOSTA: As empresas fabricantes de equipamentos antifurto assim como as TIVs terão liberdade de escolha entre as credenciadas. Não existem critérios de distribuição, tratam-se de relações de mercado, sobre as quais o SERPRO não tem competência para interferir.

As TIVs não serão obrigadas a contratar a mesma credenciada escolhida pela empresa fornecedora de equipamentos antifurto, poderão sim escolher qualquer credenciada. A integração entre as credenciadas permitirá a liberdade de escolha.

PERGUNTA 22: Com referência as característicaS da contratação, fls 7, item 1.2, consta:

“1.2.1 O credenciamento faculta ao CONTRATANTE a disponibilidade de hospedagem necessária à instalação de servidores/equipamentos do CONTRATANTE, (segue)”

O termo faculta (vide Dic. Aurelio : facilitar, permitir) não gera obrigação entre as partes, mas sim faculdade em conceder algo, ou melhor, nas regras de direito administrativo assim como em direito constitucional, a faculdade tem caráter não obrigacional. Neste sentido o CREDENCIADO poderá ser excluído dos serviços dispostos pelo SERPRO, restringindo a operação única e tão somente a locação de equipamentos?

RESPOSTA: Após o credenciamento será assinado contrato entre o SERPRO e a Credenciada onde constam as obrigações de ambas as partes, não sendo possível restringir a operação sem quebra de contrato.

PERGUNTA 23: O Edital 0019/2012, determina expressamente que o Objeto do mesmo é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS. No corpo do mesmo, consta: contrato de prestação de serviço especializado de processamento de dados que entre si celebram a (credenciada) e o serviço federal de processamento de dados (Serpro). A modalidade de contratação deverá seguir as regras da lei 8.666/93, qual o enquadramento do processo de credenciamento e contratação de serviços públicos, referida no edital? Onde existe referência a este tipo de modalidade de concorrência?

RESPOSTA: O Credenciamento está fundamentado na inviabilidade de competição, prevista no Art. 25, caput da Lei 8.666/93, conforme previsto no preâmbulo do Edital. O contrato de prestação de serviço de Colocation e Hosting, que será firmado entre o

Avisos e Esclarecimentos nº 03 - 19/01/2012

interessado devidamente credenciado (Contratante) e o SERPRO (Contratada) também se fundamenta no Art. 594 do Código Civil, conforme consta do Preâmbulo da Minuta de Contrato, Anexo III do Edital.

PERGUNTA 24: Consta do edital 0019/2012, a modalidade de licitação por inviabilidade de competição, artigo 25 da lei 8.666/93, em consonância ao contrato firmado com o DENATRAN. Qual o inciso que se enquadra tal modalidade, para o referido credenciamento? Existe parecer técnico que respalde o enquadramento de tal modalidade para o referido credenciamento? Caso afirmativo este parecer faz parte do edital? Caso negativo, como obter acesso ao mesmo?

RESPOSTA: As contratações advindas de credenciamento referem-se a uma inviabilidade de competição, porquanto é desejo da Administração contratar todos quanto puderem se apresentar. A inviabilidade de competição, como se sabe, é condição para contratação direta por via da inexigibilidade de licitação apontada no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93. A Consultoria Jurídica do SERPRO emitiu o Parecer 2012/0016, com conclusão favorável ao processo. O parecer consta do Processo 19863.000002/2012-19, disponível para qualquer interessado no endereço que consta do item 9.11 do Edital.

PERGUNTA 25: A exigibilidade prevista na Portaria 902/2011 do DENATRAN e na sentença judicial da ação civil pública 2009.61.00.007033-0, a decisão pela prestação dos serviços finais será de livre escolha do proprietário do veículo e ou contratante de serviços. No modelo previsto pelo edital onde consta esta disposição expressa da Portaria e da ação civil? O atual sistema SIMRAV está preparado para operar em várias plataformas de telecom?

RESPOSTA: A referência à Portaria citada consta do item 3.1 do Edital e item 7.4 do Anexo I do Edital. Sim.

Roni R. S. Cantuária Alves
SUPGA/GACOM – SEDE/DF
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)
Contato: (61) 2021-8234